



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 169, DE 2015.
(Dos Srs. LÚCIO VALE e RONALDO BENEDET)

Requer ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, informações sobre os financiamentos do BNDES para projetos voltados para a mobilidade urbana.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, senhor Armando Monteiro, as seguintes informações, no sentido de esclarecer esta Casa:

- 1) Ano em que o BNDES iniciou suas operações na área de mobilidade urbana;



- 2) Montante total de recursos disponibilizados pelo BNDES para o financiamento de projetos de mobilidade urbana por ano, com especial destaque para os anos de 2012, 2013 e 2014;
- 3) Montante total de recursos efetivamente contratados pelo BNDES em projetos de mobilidade urbana para todos os anos disponíveis, especialmente 2012, 2013 e 2014, segundo ano de contratação e ano de pagamento;
- 4) Participação anual da mobilidade urbana no montante de recursos destinados à linha de financiamento Desenvolvimento Social e Urbano, desde que o BNDES iniciou suas operações em mobilidade urbana;
- 5) Participação anual dos recursos efetivamente contratados para projetos de mobilidade urbana no montante total de recursos de projetos da linha de financiamento Desenvolvimento Social e Urbano;
- 6) Distribuição entre apoio direto e indireto dos recursos contratados para projetos de mobilidade urbana (por ano).
- 7) Para os anos de 2012, 2013 e 2014, informar a distribuição dos recursos de investimentos contratados pelo BNDES na área de mobilidade urbana, segundo os itens apoiáveis, conforme consta do site do Banco:
 - Racionalização econômica, com redução dos custos totais do sistema;
 - priorização das modalidades de maior capacidade e menor custo operacional;
 - privilégio do transporte coletivo sobre o individual;
 - integração tarifária e física, com redução do ônus e do tempo de deslocamento para o usuário;
 - acessibilidade universal, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida, pedestres e ciclistas;
 - utilização de tecnologias mais adequadas, buscando melhores condições de conforto e segurança;
 - aprimoramento da gestão e da fiscalização do sistema, de forma a fortalecer a regulamentação e reduzindo a informalidade;



- redução dos níveis de poluição sonora e do ar, do consumo energético e dos congestionamentos;
- requalificação urbana das áreas do entorno dos projetos.

JUSTIFICAÇÃO

Na última década, a mobilidade urbana tem ganhado destaque na agenda pública, em razão do agravamento dos congestionamentos nas grandes cidades, da queda na qualidade do transporte coletivo, do aumento da poluição do ar e da falta de planejamento e controle do uso do solo, entre outras questões. As dificuldades de deslocamentos de pessoas e de cargas têm infligido um pesado ônus para a economia e para o desenvolvimento sustentável das cidades e das nações.

No Brasil, em que pese o incremento de recursos federais direcionados para ações de mobilidade urbana - especialmente por meio dos Programas de Aceleração do Crescimento – esses recursos são insuficientes para suprir as deficiências de infraestrutura, planejamento e gestão da mobilidade urbana em nosso país.

Os recursos do orçamento geral da União - OGU alocados para o programa Mobilidade Urbana e Trânsito somaram, de 2012 a 2014, cerca de R\$ 6,8 bilhões de reais, mas apenas R\$ 1,7 bilhão foi empenhado e, posteriormente, pago para o desenvolvimento de ações nessa área.

Os recursos do OGU são apenas uma parte dos recursos direcionados para as ações de mobilidade urbana no Brasil. Para o cômputo de sua totalidade, há que se somar, aos recursos orçamentários, os aportes de recursos próprios de estados e municípios, bem como os recursos de linhas de financiamento. Sabe-se que, no caso do PAC da Mobilidade, dos R\$ 37,6 bilhões previstos inicialmente para investimentos, R\$ 12,4 bilhões seriam oriundos de verbas federais e outros R\$ 13,9 bilhões em financiamentos pela Caixa Econômica Federal ou pelo BNDES.

Considerando a relevância do BNDES para o financiamento de projetos de mobilidade urbana no país, solicitamos informações acerca dos aportes do Banco para essa área. Dessa forma, será possível dimensionar o total de recursos disponíveis para a mobilidade urbana, bem como conhecer a sua alocação, e, dessa forma, tornar o planejamento, a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS

tomada de decisões e a execução das políticas públicas de mobilidade urbana mais eficientes.

16 MAR. 2015

Sala das Sessões, em de de 2015.



Deputado **LÚCIO VALE (PRESIDENTE DO CEDES)**



Deputado **RONALDO BENEDET (RELATOR DO ESTUDO)**